

## AS REPRESENTAÇÕES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS SOBRE A TELEVISÃO ENTRE 1960 E 2000

Diogo da Silva Roiz \*\*  
André Dionei Fonseca \*\*\*

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar as discussões em torno da televisão nas Convenções Gerais das Assembléias de Deus do Brasil (CGADB), focando-se nas lutas, tensões e resoluções que trataram da TV. Para tanto, se apresentará breves aspectos históricos da igreja Assembléia de Deus, das Convenções Gerais (CGADB) e da televisão no Brasil, para assim, chegar às representações da liderança assembleiana sobre a televisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assembléia de Deus, Televisão, Representações Sociais.

**ABSTRACT:** This article propose to present the discussions around the television in the General Convention of Assemblies of God of Brazil (CGADB), focusing on the fights, tensions and resolutions about of the TV. Thus, if present brief historical aspects of the Church Assembly of God , the General Convention (CGADB) and television in Brazil, analyzing thus, the offices of leadership on television.

**KEY WORDS:** Assembly of God, TV, Social Representations

### Introdução

Conforme afirmou o historiador Jean Delumeau (2002), é recente a preocupação dos historiadores em aproximar a história religiosa com a história das técnicas. Nessa vertente, destaca-se o trabalho do historiador francês Michel Lagrée (2002) que analisou os conflitos que gravitavam em torno da incursão de novos aparatos tecnológicos no cotidiano religioso do período de vigência do catolicismo ultramontano. Para o autor, tais problemas surgiriam com as inovações tecnológicas na agricultura, na pesca, com a difusão de novas fontes de energia, com a evolução dos transportes e, principalmente, dos meios de comunicação e das técnicas de transmissão. Segundo Lagrée, a tipografia, as técnicas de duplicação, de reprodução de imagens (com a fotografia e o cinema), o telégrafo, o telefone (principalmente no que se refere ao seu uso na confissão), os sistemas de armazenamento de som (gravação), o rádio, a telegrafia sem fio e a

---

\*\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade Universitária de Amambai.

\*\*\* Mestrando em História pela UFGD. Graduado em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade Universitária de Amambai.

televisão, foram catalisadores de enormes polêmicas entre clérigos e intelectuais do período ultramontano (LAGRÉE, 2002). Nesse caso, entretanto, conforme Lagrée, essas técnicas de informação, de comunicações e de transmissões foram, não só gradativamente aceitas pela Igreja (como ocorreu com as demais técnicas), mas sofreram uma forte apropriação por serem extremamente úteis, tanto na organização institucional, quanto na evangelização (LAGRÉE, 2002).

No Brasil, poucos estudos têm se ocupado em ligar a história das técnicas à história religiosa, e a apropriação de inúmeras frentes religiosas dos mais variados meios de comunicação (ENCARNAÇÃO, 1999; BELLOTTI, 2003; NOVAES, 2004: 327), principalmente os pentecostais que nas duas últimas décadas do século XX, passaram a se utilizar da grande mídia, principalmente a televisão, para a propagação de suas mensagens, seja em nobres horários ou nas altas madrugadas, em redes comerciais ou em seus próprios canais (ASSMANN, 1986; FONSECA, 2003a).

Frente a essa realidade, estudiosos, principalmente da sociologia, buscaram entender as relações e estratégias destas novas igrejas na televisão (CAMPOS 1997; ORO, 1998, FONSECA, 2003b; GOUVEIA, 2005, ORTIZ, 2001; SIEPIERSKI, 2003). Muito embora tenham avançado, estes estudos focaram-se nas igrejas denominadas neopentecostais<sup>1</sup>, sendo raras as análises dos chamados pentecostais clássicos e as neoclássicos. É o caso da Igreja Assembléia de Deus (considerada a maior igreja pentecostal do país), que tem recebido pouca atenção dos historiadores, e por isso, muito pouco ainda se conhece sobre o seu desenvolvimento no Brasil, bem como as suas relações com as tecnologias de comunicação (negação, aceitação, regras de uso, etc.).

Centrando-se nos apontamentos supramencionados, este artigo mapeará as discussões em torno da televisão nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), focando-se nos debates e resoluções que trataram da TV. Para tanto, se apresentará breves aspectos históricos da igreja Assembléia de Deus, das Convenções

---

<sup>1</sup> O pentecostalismo no Brasil foi recentemente dividido por pesquisadores em três ondas: *Pentecostalismo Clássico* (abrange o período de 1910 a 1950 com a fundação da Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembléia de Deus (1911), *Pentecostalismo neoclássico* (a partir da década de 50 com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular (1951) e logo Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962) e muitas outras de menor porte) e *Pentecostalismo Neopentecostal* (a partir da metade dos anos 70 com a Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976) e Renascer em Cristo (1986) entre outras). Ver: (FREESTON, 1994.)

Gerais (CGADB), da televisão no Brasil, para assim, chegar às representações<sup>2</sup> da liderança assembleiana sobre o televisão.<sup>3</sup>

### **A Assembléia de Deus no Brasil e os primeiros passos rumo à institucionalização**

A igreja evangélica Assembléia de Deus foi fundada no Brasil por dois missionários suecos (Daniel Högberg e Gunnar Adolf Vingren) que sendo expulsos da Igreja Batista de Belém do Pará no ano de 1910 (por rixas doutrinárias) fundaram a “Missão da Fé Apostólica” que viria a se chamar em 1914, de Igreja Evangélica Assembléia de Deus (OLIVEIRA, 1997). Depois de sua fundação a Assembléia de Deus cresceu grandemente durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, crescimento que, até meados da década de 1920, se concentrou nas regiões Norte e Nordeste, mas que a partir de 1925, alcançou vários estados brasileiros (CONDE, 2005).

Conforme afirma Antonio Gouvêa Mendonça, “da experiência da posse do Espírito Santo com o sinal da glossolalia [a Assembléia de Deus percorreu] um longo caminho de institucionalização até chegar (...) a ocupar o lugar de maior igreja evangélica do Brasil” (MENDONÇA, 2004: 42). O início desta institucionalização se deu no momento em que a Igreja estava em franca expansão geográfica e no número de membros e também de crescimento do movimento pentecostal no Brasil, principalmente com a presença da Igreja Congregação Cristã, nos trinta primeiros anos do século XX.

Com o aumento no número de igrejas, os líderes assembleianos atentaram para importância das reuniões periódicas de alcance nacional, que tratassem de temas ligados à manutenção da identidade, da unidade doutrinária e demais assuntos administrativos; pois perceberam a necessidade de uma nova maneira de organização, num momento em

---

<sup>2</sup>As representações sociais que, segundo Chartier, são determinadas pelo grupo que as forjam são percepções do social, discursos que produzem práticas e buscam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988. p. 17-18).

<sup>3</sup> Para a realização deste estudo utilizou-se como fonte o livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* (DANIEL. *Et. al*, 2004) organizado pelo pastor Silas Daniel com o amparo de uma equipe da Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD) (imprensa oficial desta igreja). O livro foi publicado em 2004, em comemoração ao “Jubileu de Diamante” da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGDAB). O livro em sua 692 páginas traz ricas informações sobre as principais discussões entre os líderes assembleianos, com um grande número de documentação histórica como: cópias de atas, inúmeros artigos integrais do jornal Mensageiro da Paz, inúmeras fotografias históricas recuperadas, cópias de cartas trocadas entre os líderes, depoimentos dos convencionais recolhidos por repórteres do Jornal Mensageiro da Paz, artigos integrais de revistas internacionais que se reportavam a essas convenções, entre outros. Além destes documentos, o livro permite o acesso a um importante conjunto de documentos das Convenções Gerais: as resoluções formuladas em cada encontro.

que a Igreja experimentava um extraordinário crescimento e chegava aos mais variados estados brasileiros (DANIEL, *Et. al*, 2004).

Foram, assim, realizados entre 1930 e 2005, 41 encontros de reuniões entre toda a liderança da Assembléia de Deus, no intuito de discutir assuntos doutrinários administrativos, teológicos, ministeriais, entre outros. Foram 37 encontros chamados de Convenção Geral (CGADB) e 4 semanas bíblicas (que igualmente privilegiava o caráter de discussão). De fato, não eram poucos os debates realizados nessas assembleias gerais; sempre muito concorridos, os temas levantados pelos convencionais eram debatidos, votados e, após o “consenso”, eram redigidas as resoluções com as diretrizes que valeriam a todas as igrejas assembleias do Brasil (DANIEL, *Et. al*, 2004).

O início dessa movimentação em prol de uma maior institucionalização e organização da Igreja se deu com o primeiro encontro em 1921, na vila de São Luiz, localizada no município de Igarapé-Açu no estado do Pará. Reunidos na casa do pastor João Pereira de Queiroz, os presentes trataram de temas variados como evangelização, o andamento dos trabalhos e já algumas dúvidas teológicas. Entretanto, os primeiros passos para a realização da primeira Convenção Geral só foram dados em 1929, por iniciativa dos obreiros nacionais do Norte e Nordeste (DANIEL, *Et. al*, 2004).

Foi então que em 1930, embalada pelo novo espírito de participatividade, ocorreu, entre os dias 5 e 10 de setembro, a primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus. Missionários e pastores nacionais deliberaram sobre diversos assuntos: discussão em torno do relatório do trabalho dos missionários, a criação de um único jornal para a instituição, a polêmica questão do ministério feminino, e a transferência da direção dos trabalhos aos pastores nacionais (sacramentada pela vitória do pastor nacional Cícero Canuto de Lima para presidência da Convenção Geral das Igrejas Assembleias de Deus no Brasil<sup>4</sup>) (DANIEL, *Et. al*, 2004).

A primeira convenção, já cercada de polêmicas doutrinárias e de acentuada preocupação da liderança assembleiana com a identidade e unidade da Igreja, marcava o tom das subseqüentes CGADBs que, a partir desse ano, passaram a ser palco de variadas discussões: sobre questões doutrinárias, criação de fundos, organização de eventos, até mesmo a criação do hinário oficial da Igreja – chamado de Harpa Cristã – de uma editora própria, de institutos teológicos, etc. Em suma, estes encontros

---

<sup>4</sup> Doravante CGADB.

buscavam afastar tudo que poderia ameaçar a unidade da Igreja e formular diretrizes para reforçar a identidade assembleiana (DANIEL, *Et. al*, 2004).

Entretanto, no tocante às doutrinas de usos e costumes, mesmo que as discussões sobre esse tema sempre estivessem presente nas CGADBs, a liderança da Igreja sempre encontrava dificuldade em redigir uma resolução que desse conta de abarcar os principais as normas de conduta de seus membros – por mais que na prática a aplicação fosse categórica na maioria das congregações. A principal dificuldade estava nas divergências entre os pastores quando da discussão deste tema que, além de ser sempre muito concorrido, não raro acabava em sérias discussões e até mesmo rompimentos, principalmente por discordâncias na interpretação do texto bíblico e pela luta entre convencionais “liberais” e “conservadores”. Assim o foi com a televisão.

### **A televisão no Brasil**

A televisão no Brasil foi inaugurada oficialmente no dia 18 de setembro de 1950, por iniciativa do jornalista Assis Chateaubriand, que fundou o primeiro canal de televisão no país: a TV Tupi (MATTOS, 2002: 49). Assis Chateaubriand, com vistas a aumentar seu conglomerado de mídia *Diários Associados*, uma empresa que incorporava vários jornais (Diário de São Paulo), revistas (O Cruzeiro) e emissoras de rádio (Tupi), resolveu trazer a televisão para o Brasil, importando toda a aparelhagem dos Estados Unidos. No dia 25 de março de 1950, junto de seus funcionários, Chateaubriand foi buscar os equipamentos encomendados da Radio Corporation of America (RCA) que chegaram por navio no porto de Santos, no litoral do estado de São Paulo, iniciando o período de sete meses de preparação para colocar a emissora no ar (MATTOS, 2002). Foi então, que no dia 18 de setembro de 1950, oficialmente a TV Tupi canal 03 de São Paulo, PRF-3 TV, transmitiu suas primeiras imagens. O transmissor de televisão foi colocado no topo do prédio Banco do Estado de São Paulo e as imagens foram geradas a partir de um estúdio localizado na Rua 7 de Abril, no centro da capital paulista. Nascia aí a televisão no Brasil (MARCONDES FILHO, 1989; SILVA JUNIOR, 2001).

Depois de sua fundação a televisão se desenvolveu rapidamente no Brasil, tanto tecnologicamente, com um rápido aperfeiçoamento técnico, quanto em número de TVs

nos domicílios brasileiros, que em pouco mais de uma década saltou da casa das centenas para a casa dos milhões (MATTOS, 2002: 83-4).

Sérgio Mattos (2002: 78-9) em estudo que buscou historiar a televisão brasileira, dividiu o desenvolvimento da TV no Brasil em seis fases, a saber: 1) *fase elitista* (1950-1964), quando o televisor era considerado um artigo de luxo ao qual somente a elite econômica tinha acesso; 2) *fase populista* (1964-1975), quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam grande parte da programação; 3) *fase de desenvolvimento tecnológico* (1975-1985) quando as redes de televisão se aperfeiçoaram e começaram a produzir com maior profissionalismo os seus próprios programas com estímulo de órgãos oficiais visando, até mesmo, a exportação; 4) *fase da transição e da expansão internacional* (1985- 1990); momento de abertura democrática e de intensificação das exportações de programas; 5) *fase da globalização e da TV paga* (1995-2000), quando o país buscou modernizar-se e a televisão se adaptou aos novos rumos da redemocratização; 6) *fase da convergência e da qualidade digital* (2000 -), quando do desenvolvimento da tecnologia, apontando para uma maior interatividade na televisão.

Esse rápido desenvolvimento não passou despercebido aos olhos da liderança assembleiana. À medida que aumentava o número de televisores e se desenvolviam as técnicas de transmissão, aumentavam também as preocupações da liderança assembleiana sobre a televisão.

### **A Resolução de Santo André e a TV**

Mesmo com a inauguração da TV no Brasil em 1950, a CGADB não se pronunciou sobre o assunto, possivelmente por estar o aparelho televisor fora do alcance da grande maioria de seus fiéis.<sup>5</sup> Até então, os debates centravam-se na utilização do rádio conforme aconteceu na CGADB de 1937 e de 1962 (DANIEL. Et. al. 2004).

A televisão só foi aparecer nas discussões dos convencionais, no ano de 1968,

---

<sup>5</sup> Ao contrário do protestantismo histórico, no qual Max Weber observou – em sua análise da filiação religiosa com a estratificação social – que “líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como os níveis mais altos da mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal técnico e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes.”

na fase, portanto, classificada pelos estudiosos com *populista*, ou seja, de uma maior facilidade na compra do aparelho televisor e de aumento dos programas de auditório (MICELI, 1972, ANDREANE, 2006) com seus quadros extremamente apelativos aos olhos da liderança assembleiana. De fato, o aumento do número de televisores era extraordinário, pois se em 1950, existiam apenas 200 aparelhos no Brasil, em 1968 já eram cerca de 3.276.000.<sup>6</sup>

Foi neste clima de popularização do televisor e dos programas da televisão que no ano de 1968, na CGADB realizada em Fortaleza/CE, o debate em torno do uso do aparelho de televisão ganhou a plenária da convenção. O tema foi levantado pelo pastor Moreira da Costa, da igreja de Nova Friburgo-RJ, com um questionamento direto: “É lícito o crente possuir televisão em sua casa?” O assunto esquentou os debates a ponto de ser transferido para a sessão do dia seguinte, conforme atestam as atas.<sup>7</sup>

Na sessão do dia 28 a existência de pautas “mais urgentes”, fez com que o polêmico assunto da televisão fosse novamente adiado. Todavia, na manhã do dia 29, os pastores Francisco Miranda e Anselmo Silvestre, impacientes com a demora, conclamaram a importância do tema para as Assembléias de Deus, afirmando que “o assunto da televisão deveria ser levado a sério”. Conforme as atas redigidas pelo pastor Luiz Bezerra da Costa, 2º secretário da mesa: “o assunto foi recebido com certo entusiasmo pelo plenário, que vibrou de alegria”<sup>8</sup>. Estava aberta a discussão.

O pastor José Eduardo Modesto pediu a palavra e, após a leitura de Salmos 101.3, contou um testemunho de uma irmã que “tivera uma experiência negativa com a televisão”. O pastor Enock Morgado contou as más experiências vividas em sua igreja por fiéis que possuíam o aparelho televisor e pediu ao plenário que “todos que possuíssem televisão se desfizessem dela”. O pastor José Pimentel de Carvalho, da igreja de Curitiba/ PR, reafirmou os inúmeros perigos do aparelho de TV, citando como base artigos publicados no jornal da própria igreja (Mensageiro da Paz) e em jornais seculares. Segundo os registros do 2º secretário Luiz Bezerra, José de Carvalho Pimentel valeu-se, até mesmo, da fala de um cientista (que as atas não apresentam o

---

(WEBER, 2001: 27) os pentecostais nos seus primórdios sempre foram das camadas de menor escolaridade e de menor poder aquisitivo.

<sup>6</sup> Dados projetados pela ABINEE (Associação Nacional dos fabricantes de Produtos Eletrônicos). Apud: MATTOS, 2002: 83.

<sup>7</sup> Ata da reunião de 25 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 392.

<sup>8</sup> Ata da reunião de 29 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et. al 2004. p. 397.

nome) que afirmara, que a televisão seria, no futuro um “instrumento de desumanização”. Carvalho concluiu sua fala com a dura constatação: “o crente que tem uma televisão em sua casa está roubando a espiritualidade de seus familiares”. Na mesma linha de pensamento o pastor Eugênio de Oliveira, também opinou, discorrendo sobre uma revelação que um jovem de sua igreja tivera sobre os males da televisão.<sup>9</sup>

O debate se acirrou, quando alguns pastores começaram a se manifestar contra a proibição da TV, alguns, assumindo em público que possuíam televisores em suas casas. Foi o caso do pastor Manoel Ferreira de Souza que afirmou ter em sua casa um aparelho de televisão, e que achava tanta discussão em torno deste assunto uma perda de tempo. Buscando mecanismo de esfriar os ânimos das discussões o pastor José Ferreira Carneiro disse ao presidente que já era passada a hora de pôr em votação o tema, para acabar com as rugas de uma vez. Mas, o pastor Francisco Assis Gomes ainda queria expor sua opinião sobre o aparelho, e sucintamente demarcou seu posicionamento contrário à mesma comparando-a ao “efeito da má língua, que contamina o corpo, inflama o curso da natureza e [que] está cheio de peçonha mortal”.

Porém, não querendo prejudicar ainda mais o clima da discussão, o pastor Francisco pediu que houvesse “prudência ao julgar os irmãos que possu[íssem] televisão”<sup>10</sup>. Segundo as atas, o pastor José de Castro foi peremptoriamente contra a proibição da TV, “achando um absurdo tanta condenação e dizendo que e[ra] favorável ao que possuí[sse] uma televisão ser ensinado quanto e como (...) usá-la”. O pastor Augusto Costa também mostrou que havia um grande perigo em se estabelecer “regras drásticas” contra os portadores de televisão, pedindo prudência aos convencionais no estabelecimento de leis.<sup>11</sup>

Contrariando o pastor Costa, o presidente da mesa diretora João Alves Corrêa, falou de sua experiência na igreja de Santos em São Paulo. Corrêa relatou que quando assumiu a igreja em Santos, todos os que podiam tinham sua televisão. Mas que, mediante acordo entre os obreiros, foi decidido que nenhum oficial da igreja poderia possuir uma televisão, e os crentes deveriam ser ensinados sobre o assunto. O resultado

<sup>9</sup> Ata da reunião de 29 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 398.

<sup>10</sup> Ata da reunião de 25 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 398.

<sup>11</sup> Ata da reunião de 25 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 398.

desta ação não foi o esvaziamento da igreja, mas sim que todos os crentes conscientizaram-se e deixaram de possuir aparelho televisor, concluiu Corrêa.<sup>12</sup>

Buscando pôr fim às discussões, o presidente da mesa diretora pediu que fosse selecionada entre os convencionais uma proposta para ser colocada em votação. Após mais alguns debates, a proposta escolhida foi a do pastor Satiro Loureiro, que fora endossada pelos pastores Álvaro Mona e José Antônio dos Santos:

que nenhum pastor possua televisor e que qualquer obreiro que já possua se desfaça do mesmo [e que os membros das igrejas] sejam recomendados a se desfazerem dos seus televisores, e qualquer que resistir será afastado da comunhão da igreja até que se desfaça do mesmo aparelho. (DANIEL. Et al. 2004. p. 398)

Sendo aprovada pelos convencionais, a proposta, transformada em resolução, foi publicada no jornal Mensageiro da Paz em 1969, com o seguinte teor:

Considerando os efeitos maléficos que os programas de televisão têm causado à comunidade evangélica, principalmente à família, a Convenção Geral resolveu aprovar a seguinte proposta:

- 1) Os pastores e evangelistas da Assembléia de Deus no Brasil não devem usar aparelhos televisores.
- 2) Os que já possuem, devem desfazer-se deles até a próxima Convenção.
- 3) Os obreiros devem recomendar às igrejas que se abstenham do uso de televisores.
- 4) Que os que possuem desfaçam-se dos mesmos afim de evitar a suspensão. (DANIEL. Et al. 2004. p. 399)

Entretanto, essa resolução não diminuiu as preocupações da igreja com a TV, já que as regras publicadas no jornal Mensageiro da Paz, voltavam-se muito mais ao uso da televisão por parte dos pastores, incidindo apenas na “recomendação” para a não utilização por parte dos membros. Movidos por essa preocupação a convenção seguinte, no ano de 1971, realizada na cidade de Niterói/RJ, entre os dias 18 e 23 de janeiro, através da proposta do pastor Gilberto Malafaia, criou uma comissão para tratar do uso da televisão por parte dos membros. Foram, então, designados para esta comissão os pastores Alípio da Silva, José de Castro, José Antonio de Carvalho, José Gomes, José Eduardo Modesto, Pedro Neves e Francisco Assis Gomes.<sup>13</sup>

Foi então que na CGADB de 1973, na tarde do dia 24 de janeiro, a televisão voltou à pauta do plenário. Inicialmente o presidente passou a palavra à *Comissão*

---

<sup>12</sup> Ata da reunião de 25 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 398.

sobre Televisão designada na Convenção Geral de 1971, representada pelo pastor Francisco Assis Gomes que fez a leitura de um relatório. O conteúdo do relatório não foi registrado nas atas, mas o que se pode perceber através dos debates levantados após a leitura é que o mesmo era contrário a qualquer abertura da igreja à TV.

Após a leitura do referido relatório, o primeiro a falar foi o pastor Joaquim Marcelino da Silva, que “relatou experiências vividas por membros da igreja em Santo André, que resultaram num movimento de abandono do uso da televisão”. Precedeu-o, Roberto Montanheiro, categoricamente afirmando: “esta Convenção deve dizer Não à TV e Sim à doutrina”.<sup>14</sup> O encontro também foi palco para denúncias contra pastores que, desrespeitando a *Resolução Sobre a Televisão*, da Convenção de 1968, possuíam aparelhos de TV em suas residências. Entre os acusados estava o pastor Túlio de Barros Almeida e alguns ministros de Guanabara. Logo falou o pastor Ataíde Rodrigues Lima, alertando que aqueles que eram detentores de aparelhos de TV, estavam trazendo “o próprio cinema e o demônio para dentro de casa”, enquanto o pastor João Alves Corrêa insinuava aos suspeitos de terem TVs escondidas em seus domicílios que “para ser um bom pastor, antes e[ra] preciso ser um bom crente”.<sup>15</sup>

O debate que já era tenso, agravou-se ainda mais com o posicionamento do pastor João de Oliveira Carneiro, que na contramão das críticas, não via razão da igreja em proibir o uso da TV e alertou que os convencionais estavam fazendo o mesmo que fizeram com o rádio: proibindo-o num primeiro momento, para em pouco tempo reconhecer os seus benefícios. Pelo que indicam as atas, a réplica ao pastor João Carneiro foi forte, com muitos líderes se manifestando, inclusive o conservador Paulo Leivas Macalão da igreja Assembléia de Deus de Madureira (que em 1980 separou-se da CGADB e montou ministério próprio) que era presidente da Convenção de 1937 e principal opositor ao uso do rádio.

O pastor Paulo Leivas Macalão disse que desde suas visitas a outros países tinha notado que os programas classificados como “melhores” eram os mais “ímorais”. Apoiando Leivas Macalão, o pastor Luiz Almeida, afirmou: “O pastor que usa um aparelho de TV em sua sala é indigno de ocupar o púlpito”. Almeida ainda propôs uma rápida definição da Convenção quanto ao caso: “a Convenção é ou não favorável à

<sup>13</sup> Ata da reunião de 23 de janeiro de 1971. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 416.

<sup>14</sup> Ata da reunião de 24 de Janeiro de 1973. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 423.

<sup>15</sup> Ata da reunião de 24 de Janeiro de 1973. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 423.

TV?”<sup>16</sup> indagou. Almeida solicitou também, que se criasse uma comissão para averiguar a procedência das denúncias de que pastores andavam a aceitar a televisão em seus lares.

Percebendo o clima tenso entre os convencionais e a distância cada vez maior de um consenso, o presidente sugeriu que o tema fosse levado à votação, mas que antes, porém, deveria ser feita uma oração. Após a oração, foi realizada a votação e a Convenção decidiu “por maioria absoluta de votos de seus membros presentes, condenar o uso de TV pelos perigos espirituais que ele produz”.<sup>17</sup>

Assim, estava proibido o uso da televisão por qualquer pastor ou membro da igreja Assembléia de Deus no Brasil.

No ano de 1975, definitivamente a televisão seria condenada por meio da primeira resolução da igreja Assembléia de Deus sobre as normas de “usos e costumes”. A proposta dessa resolução foi apresentada por Geziel Nunes Gomes a pedido do pastor presidente da CGADB, Túlio de Barros Almeida, no encontro realizado na cidade de Santo André, entre os dias 20 e 24 de janeiro. O conteúdo da *Resolução de Santo André* – como ficou conhecida – reunia muito dos debates de 45 anos de encontros da liderança assembleiana e várias regras que já vinham sendo praticadas pelos membros da Igreja desde os primórdios da Assembléia de Deus no Brasil e, por isso, reforçava a proibição da televisão, tanto por seus malefícios espirituais, como de ordem física. A resolução que foi apresentada e aprovada no dia 22 de janeiro apresentava o seguinte conteúdo:

E ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo, e separai-vos dos povos, para serdes meus (Lv 20.26).

A Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na Palavra de Deus - a Bíblia Sagrada - e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

- 1) Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados, do sexo feminino;
3. Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face;

<sup>16</sup> Ata da reunião de 24 de Janeiro de 1973. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 423.

<sup>17</sup> Ata da reunião de 24 de Janeiro de 1973. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 424.

4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados);
5. Sobrancelhas alteradas;
6. Uso de mini-saias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;
8. Uso de bebidas alcoólicas. (DANIEL. Et al. 2004. p. 438-439).

Ainda preocupados com a televisão os convencionais também discutiram neste encontro de 1975, a “onda norte-americana de televangelistas”. Para o pastor Joaquim Marcelino, a iniciativa de muitos líderes em trazer “pregadores de outras terras”, influenciava “parte dos membros das igrejas a adquirirem aparelhos de som e imagem, o que de certo modo (...) contribuí[a] para o enfraquecimento espiritual de muitos crentes”. Joaquim Marcelino referia-se a visita do pastor Billy Graham no Brasil, um pregador norte-americano precursor de programas evangélicos na TV. Os convencionais se dividiram em torno da questão dos “televangelistas”. O pastor Paulo Leivas Macalão reforçou seu posicionamento de contrariedade à TV, mesmo para sua utilização em caráter evangelístico, ressaltando que não se poderia apoiar o emprego de um aparelho que trazia uma contribuição negativa “tanto no aspecto espiritual como (...) no físico de cada crente”. O pastor Alípio discordou, dizendo que “não concordava com o orador e que considerava uma grande injustiça àquele homem de Deus, que veio ao Brasil para cooperar com os líderes evangélicos nacionais”. O pastor Marinézio Soares, por sua vez, “discordou frontalmente” da palavra do orador que se reportara à Cruzada de Evangelização Billy Graham no Brasil, e propôs à Convenção providências para que as Assembléias de Deus permanecessem “mais unidas em torno dos sãos costumes por elas esposados”. Tomando novamente a palavra, o pastor Paulo Leivas Macalão manifestou-se em apoio ao pastor Alípio e afirmou que a “preocupação não deveria cair sobre o televangelista, mas sobre a televisão” e complementou: “todo cuidado devemos ter para que os crentes permaneçam afastados desse meio de comunicação”.<sup>18</sup>

Histórica para as Assembléias de Deus, esta Convenção sistematizou os princípios que deram norte à Igreja por toda a década de 80 e que, ainda com fôlego, adentrou nos anos 1990. Se a idéia principal de liderança era afastar das reuniões as longas horas de debates sobre os temas de “usos” e “costumes” e os seríssimos embates

---

<sup>18</sup> Ata da reunião de 22 de Janeiro de 1975. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 439-440.

entre pastores, a Resolução de Santo André obteve total êxito, pelo menos até o final dos anos 80, uma vez que, conforme se pode perceber através das atas das oito convenções que se seguiram, as pautas das reuniões não tocaram nos indesejados temas doutrinários, inclusive a tão desgastante discussão da televisão (DANIEL. Et al. 2004. p. 445-525).

### **A televisão na “Década da Colheita”**

Na década de 1990, a dimensão teórica da disputa acirrada dos bens de salvação sob a lógica do mercado concorrencial, discutida por Pierre Bourdieu (1992, 2004), alcançou o seu ápice de operacionalidade no Brasil (MEZZOMO, 2004). Inserida e em evidência no “campo religioso”, sofrendo as pressões advindas das convulsões deste “campo” na década de noventa, como por exemplo, o *Boom* dos neopentecostais (MARIANO, 2001), a perda de fiéis por parte da Igreja Católica (SANCHIS, 1994), o forte avanço da Renovação Carismática Católica (VALLE, 2004), os movimentos da chamada Nova Era (AMARAL, 2000), a desinstitucionalização religiosa (ESPINHEIRA, 1995; MAGNANI, 1999), a estagnação dos protestantes históricos (MENDONÇA, 2001) e também – segundo os dados censitários – das religiões afro-brasileiras (PIERUCCI, 2004), além do trânsito religioso de fiéis por variadas formas de cultos (ALMEIDA & MONTEIRO, 2001), a Assembléia de Deus tinha como principal meta o aumento de número de fiéis, e a manutenção dos que permaneciam no rol de membros.

Todavia, se de um lado enfrentava a concorrência na oferta de bens simbólicos advindo de uma enorme variedade de formas de prática religiosa “desinstitucionalizadas”, de outro amargava a desvantagem frente ao modelo doutrinário neopentecostal, com maior liberdade litúrgica (culto/shows), despreendimento peremptório dos tradicionais sistemas de usos e costumes pentecostais, como roupas, maquiagem e a própria televisão. Por isto tudo, um projeto institucional de crescimento, na tentativa não só de demarcar seu lugar no campo religioso brasileiro, como também de alargamento da participação neste mercado, mobilizou a liderança da Igreja.

Foi assim, que na segunda metade da década de 1980, preparando-se para os desafios da década de 1990, a liderança assembleiana realizou uma assembléia geral

extraordinária em 1989, onde foi debatida a arregimentação das Assembléias de Deus no Brasil para o projeto *Década da Colheita*, formulado pelo Comitê Mundial das Assembléias de Deus a iniciar-se em janeiro de 1990, juntamente às igrejas coirmãs em todo o mundo. A reunião do referido Comitê, para a implementação deste programa de crescimento da Igreja, ocorreu em agosto de 1989, por ocasião do aniversário das Assembléias de Deus dos Estados Unidos (que naquele ano completava 75 anos) na cidade de Indianápolis, no Estado de Indiana. Das reuniões realizadas entre os dias 08 e 13 de agosto foram estabelecidas as metas para o Brasil, que com a responsabilidade que tinha, por ser o maior país pentecostal do mundo, deveria:

- 1) Criar no Brasil uma Cadeia de Oração: três milhões de brasileiros orando pela Década da Colheita;
- 2) Iniciar o ano de 1990 com um grande trabalho de evangelização, utilizando-se de todos os meios: jornais, rádio, televisão, folhetos, praças, telefone, casa em casa, hospitais, etc. com o propósito de chegar ao ano 2000 com cerca de 50 milhões de membros;
- 3) Formar novos obreiros;
- 4) Implantar novas igrejas;
- 5) Enviar novos missionários. (DANIEL. Et al. 2004. p. 530).

No ano de 1990, a Convenção, novamente reunida, definiu os traços elementares do Projeto na segunda sessão convencional, realizada na manhã do dia 08 de janeiro. O Projeto *Década da Colheita* fazia uma releitura das metas propostas pelo encontro dos EUA, readequando-o as normas nacionais da Igreja.

Desta maneira, mesmo buscando crescimento, o Projeto não se interessava na televisão como meio de evangelização, por mais que muitas igrejas neopentecostais viessem galgando sucesso na “conquista” de novos fieis em seus programas televisivos. Se no encontro do Comitê Internacional das Assembléias de Deus, na cidade de Indianápolis, nas metas propostas para a Assembléia de Deus do Brasil, falava-se em utilização de todos os meios de comunicação para a evangelização (jornais, rádio, televisão, folhetos), o projeto aprovado pela CGADB em 1990, limitou-se em indicar o “uso da mídia; veículos com serviço de som nas ruas e praças; faixas e cartazes alusivos aos trabalhos evangelísticos”<sup>19</sup> fugindo ao indicativo da utilização da televisão. Disto depreende-se o peso da Resolução de Santo André que, mesmo após 15 anos, em um

---

<sup>19</sup> *Projeto Década da Colheita*. Transcrição integral In: DANIEL. Et al. 2004. p. 543.

momento em que se arquitetava o crescimento da Igreja, ainda freava um programa abrupto de mudança nos aspectos basilares dos usos e costumes assembleianos.

Os primeiros indícios de que a Igreja necessitava rever o regimento formulado na década de 1970, apareceram somente em 1995, na trigésima segunda CGADB, realizada na capital da Bahia entre os dias 25 e 30 de janeiro. De fato, este era um ano de balanço e reestruturação das táticas empreendidas pela Igreja até então. Já havia se passado cinco anos de vigência da mobilização nacional promovida pelo projeto Década da Colheita e a liderança observava que a tão aclamada viabilidade do Programa em alcançar 50 milhões de novos fiéis estava cada vez mais distante. Esta preocupação foi trazida a CGADB pelo secretário da Comissão do Projeto Década da Colheita Valdir Bicego na sessão de 26 de janeiro deste mesmo ano. Bicego exortou os líderes a se engajarem no projeto de evangelização e lembrou os convencionais que para que se alcançassem as metas propostas (50 milhões de fiéis) as igrejas deveriam crescer até o ano 2000, cerca de 31%.<sup>20</sup>

A busca pelos motivos do não crescimento esperado, pôs os convencionais reunidos no dia 28 de janeiro de 1995 (dois dias após a leitura do relatório pelo secretário Bicego), novamente na tão concorrida pauta dos usos e costumes da igreja. No bojo dos debates, tencionaram novamente ‘conservadores’ e ‘liberais’; conservadores como Raimundo Soares de Lima, da Assembléia de Deus de Indaiatuba/SP, que propôs a exclusão de todos os pastores da “ala liberal” da CGADB, e o pastor Túlio de Barros Almeida (o mesmo que fora acusado de ser possuidor de televisão na CGADB de 1973) que defendia o posicionamento conservador da Igreja, fazendo, porém, a seguinte ressalva: “não envergonhemos nossos irmãos publicamente, mas admoestemo-los com amor e espírito de mansidão, para que os fracos sejam reerguidos na fé”. Já os liberais (cujas frases aparecem ocultas nas atas), atacavam os costumes da igreja, entendendo-os como “fardos para os crentes”.<sup>21</sup>

Posicionando-se de maneira estratégica, o pastor José Wellington, então presidente da CGADB, defendeu também o conservadorismo, reafirmando, porém, que era contra os radicalismos. Asseverou o líder:

<sup>20</sup> Ata da reunião de 26 de Janeiro de 1995. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 564.

<sup>21</sup> Ata da reunião de 13 de setembro de 1940. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 578.

Lutaremos para a manutenção das doutrinas básicas e dos bons costumes que têm caracterizado as Assembléias de Deus. Creio ser possível unir o entusiasmo dos mais jovens à experiência dos mais velhos, sem que a transição mude o perfil da Assembléia de Deus no Brasil, que, em sua essência, é uma igreja conservadora e que prima pela ortodoxia doutrinária. (DANIEL. Et al. 2004. p. 569-570).

Não havendo consenso sobre o tema, ficou resolvido que o assunto seria discutido nos Encontros de Líderes das Assembléias de Deus (ELAD) que dariam um parecer final, assim que a comissão especial designada para este fim, formulasse uma nova proposta sobre as regras de usos e costumes da Igreja o que, conseqüentemente, abarcaria a televisão.

### **A resolução do Elad e a TV**

Somente no 5º ELAD realizado entre os dias 23 e 26 de agosto de 1999, houve uma reformulação da chamada “Resolução de Santo André”. A mudança foi, teoricamente, sutil, mas na prática profunda. Afirmava a Resolução:

Convém, portanto, atualizar a redação da resolução de Santo André, omitindo a expressão ‘como doutrina’, ficando assim: ‘sadios princípios estabelecidos na Palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – e conservados como costumes desde o início desta Obra no Brasil. Quanto aos 8 princípios da Resolução [de Santo André], uma maneira de colocar numa linguagem atualizada é:

1. Ter os homens cabelos crescidos (1 Co 11.14), bem como fazer cortes extravagantes;
2. As mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias (1 Tm 2.9, 10);
3. Uso exagerado de pintura e maquiagem - unhas, tatuagens e cabelos (Lv 19.28; 2 Rs 9.30);
4. Uso de cabelos curtos em detrimento da recomendação bíblica (1 Co 11.6, 15);
5. Mau uso dos meios de comunicação: televisão, Internet, rádio, telefone (1 Co 6.12; Fp 4.8);
6. Uso de bebidas alcoólicas e embriagantes (Pv 20.1; 26.31; 1 Co 6.10; Ef. 5.18). (DANIEL. Et al. 2004. p. 579).

Conforme se pode observar, o item 5, aparece liberando o uso televisão, da internet, e fala, até mesmo, do telefone. A proibição da TV para programas evangélicos, os problemas de saúde e os malefícios espirituais desaparecem sob a égide do termo “bom uso’ da televisão”.

Por tudo isso, pode-se perceber que, semelhantemente ao caso da Igreja Católica do período ultramontano, em que Michel Lagrée (2002: 423) observou três modos habituais de recepção das técnicas – “a crítica e a imprecisão contra a ameaça moral, a organização em resposta, e enfim a instrumentalização do objeto técnico a serviço de uma perspectiva cristã” – a Assembléia de Deus recebeu a televisão.

Num primeiro momento o Projeto Década da Colheita, mesmo com a instrução da Assembléia de Deus norte-americana para o uso da TV na evangelização, não citou este meio de comunicação no projeto-piloto aprovado em 1990, na cidade de Salvador, já que o uso da TV era vetado pela Resolução de Santo André. Todavia a inauguração do programa televisivo Movimento Pentecostal no ano de 1997, com apresentação semanal do pastor José Wellington Bezerra da Costa, a transmissão dos cultos da CGADB de 1997 ao vivo, através do satélite *Jesus Sat* da rede Boas Novas de rádio e televisão (pertencente a Assembléia de Deus do Amazonas), mudou a visão da liderança assembleiana sobre os malefícios da TV, que frente ao potencial instrumento de evangelização, apressou-se em liberar do “bom uso” do aparelho televisor nos domicílios de seus fiéis em 1999, sepultando mais de 30 anos de debates sobre a televisão.

A Assembléia de Deus mudou, adequando-se à nova realidade encontrada nos anos Noventa. Mas, foi uma mudança lenta, conturbada, para não dizer forçada, pelo fracasso do Projeto Década da Colheita que passou ao largo de suas metas (uma vez que a igreja no censo de 2000 apresentava um total de 8.418.140, com taxa de crescimento considerável (245%) na década de 1990<sup>22</sup>, todavia muito aquém dos desejados 50 milhões).

Assim, a resolução do ELAD de 1999 atestou que o crescimento da Igreja em tempos tão conturbados não poderia se dar da maneira em que fora pensado no Projeto Década da Colheita (crescimento via afirmação da identidade e do conservadorismo) e reconheceu, ainda que subjetivamente, as vantagens da televisão para a evangelização.

## Fontes

Ata da reunião de 25 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 391.

Ata da reunião de 29 de setembro de 1968. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 397-399.

Resolução Convencional sobre a Televisão publicada no Jornal Mensageiro da Paz em 1969. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 399.

Ata da reunião de 24 de Janeiro de 1973. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 423-424.

Resolução de Santo André. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 438.

Ata da reunião de 22 de Janeiro de 1975. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004. p. 439-440.

Ata da reunião de 22 de Janeiro de 1975. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 439-440.

Metas estabelecidas para a Assembléia de Deus do Brasil pelo Comitê Internacional do Projeto Década da Colheita. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 530.

Ata da reunião de 08 de janeiro de 1990. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 541.

*Projeto Década da Colheita*. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 543.

Ata da reunião de 13 de setembro de 1940. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 578.

---

<sup>22</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Resultados da “tabulação avançada”, de maio de 2002. Apud: (ANTONIAZZI, 2003)

Discurso de Posse do pastor reeleito presidente da CGADB em 1995, José Wellington da Costa, publicado no jornal Mensageiro da Paz em março de 1995. Transcrição In: DANIEL, Silas. Et al. *Op, cit*, 2004. p. 569-570.

Resolução do 5º ELAD, publicada na revista *Obreiro* N° 11 de junho de 2000. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. Et.al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004.. p. 579.

### Referências Bibliográficas

ASSMANN, Hugo. *A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis:Vozes, 1986.

ALMEIDA, Ronaldo de. MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo Perspectiva*, Julho/Setembro. vol.15, n°3, p. 92-101. 2001.

AMARAL, Leila. *Carnaval da Alma - Comunidade, Essência e Sincretismo na Nova Era*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANDREANE, Fabiano. *De Chacrinha a Faustão: a comunicação do grotesco na televisão brasileira*. Anais XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ribeirão Preto, SP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br>, acesso em 10 de setembro de 2007.

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o Censo de 2000. *Revista de Estudos da Religião*, N° 2. p. 75-80. 2003.

BELLOTTI Karina Kosicki. *Uma Luz Para o seu Caminho: a Mídia Presbiteriana no caso de "Luz Para O Caminho" (1976-2001)*. 2003. Dissertação (mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

BOURDIEU. Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

CAMPOS, L. S. *Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultura: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CONDE. Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 4º edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

DELUMEAU, Jean. (Prefácio) In: LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de prometeu*. Tradução Viviane Ribeiro - Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ENCARNAÇÃO, Maria Amélia Dantas. *Imprensa Pentecostal a produção de uma identidade religiosa*, (Mestrado em História UERJ). 1999.

ESPINHEIRA, Gey. A ascensão do individualismo e o declínio das religiões ou o mal-estar na modernidade. *Caderno do Ceas*. n° 160. Janeiro/fevereiro. p. 53-71. 1995.

FERNANDES, Rubem César. *Censo Institucional Evangélico 1992*. Rio de Janeiro: ISER. 1992.

FRESTON, Paul Charles. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

FONSECA, Alexandre. B. *Fé na tela: características e ênfases de duas estratégias evangélicas na televisão*. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 33-52, 2003a.

FONSECA, Alexandre. B. Igreja Universal: Um império midiático. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN André; DOZON, Jean-Pierre. (Org.). *Os novos conquistadores da fé*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.b. p. 259-280

GOUVEIA, Eliane Hojaij. Entre templo e televisão: comunidades eletrônicas de consolo. *Revista Nures*. Edição Ano 1 - Número 1 - Setembro-Dezembro 2005.

SILVA JUNIOR, Gonçalo. *País da TV: a história da televisão Brasileira*. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de prometeu*. Tradução Viviane Ribeiro - Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAGNANI, José Guilherme. *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*, (Doutorado em Sociologia/ USP). 2001.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2° edição, 2002.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. *Revista Estudos Avançados*. V.18. N° 52. São Paulo: 2004.

\_\_\_\_\_. Panorama Atual e Perspectivas do Protestantismo Histórico no Brasil. *Simpósio*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 32-50, 2001.

MEZZOMO, Frank. A. O campo religioso em questão: Uma abordagem teórica metodológica. In: DHIEL, Astor Antonio. (Org.). *Fascínios da História II*. Passo Fundo: UPF, 2004.

MICELI, Sergio. *A noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVAES, Regina Reyes. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. *Revista Estudos Avançados*. Vol.18, n°52, 2004.

ORO, Ari Pedro. Religiões pentecostais e meios de comunicação de massa no Sul do Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 50, junho, p.304-334. 1998.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, 2001

OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro, CPAD, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Revista Estudos Avançados*. Vol.18, n°52, 2004.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira” In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

SIEPIERSKI, Carlos Tadeu. Fé, marketing e espetáculo. *Civitas*, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 127-146, 2003.

VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica: algumas observações. *Estudos Avançados*. Dez. 2004, vol.18, no.52, p. 97-107.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo*. SP: Centauro, 2001.